



## De que falamos quando falamos de inclusão? O acesso às bibliotecas públicas por pessoas portadoras de deficiência

Manuela Barreto Nunes<sup>a</sup>, Abílio Guimarães<sup>b</sup>

<sup>a</sup>*Instituto Jurídico Portucalense e Câmara Municipal de Verde, Portugal,*  
*marbnunes@gmail.com*

<sup>b</sup>*Abílio Guimarães, Portugal, abilguim@gmail.com*

---

### Resumo

O acesso aos serviços públicos é um direito de todos os cidadãos. No caso das bibliotecas públicas, o discurso teórico que as sustenta assume a igualdade de acesso à informação e a inclusão social como princípios fundamentais da sua actuação. O projecto de investigação que aqui se apresenta procura compreender de que forma as bibliotecas públicas portuguesas cumprem, na prática, os referidos princípios, no que diz respeito ao acesso aos espaços e serviços por parte dos cidadãos portadores de deficiência, identificar os principais problemas e dificuldades com que se deparam neste contexto, e se esta é, de facto, ou até que ponto, uma questão sobre a qual reflectem e agem. A primeira abordagem traduz-se num estudo de natureza descritiva, para o qual foi elaborado um questionário constituído por perguntas relacionadas com a acessibilidade física às bibliotecas e aos seus recursos. Os resultados preliminares revelam realidades muito variáveis, mas demonstrativas de que a acessibilidade a cidadãos portadores de deficiência está longe de ser uma prioridade na concepção e desenvolvimento de serviços de bibliotecas públicas em Portugal.

**Palavras-chave:** Acessibilidade; Bibliotecas Públicas; Pessoas portadoras de deficiência

---

### Introdução: objecto e método

O relatório profissional da IFLA (International Federation of Libraries Associations and Institutions) sobre o acesso às bibliotecas por parte de pessoas portadoras de deficiência (Irvall & Nielsen, 2005) começa por constatar que, em muitos lugares do mundo, as pessoas com dificuldades de mobilidade ou visão não encontram condições de acesso às bibliotecas, nomeadamente devido a obstáculos físicos e arquitectónicos e à falta de legislação que obrigue ao cumprimento de regras básicas de acessibilidade aos serviços públicos. Não é este o caso de Portugal, país onde esta matéria é regulada pelo *Regime da Acessibilidade dos Espaços Públicos, Equipamentos Colectivos e Edifícios Públicos e Habitacionais*, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 125/2017.

No entanto, entre a legislação e a realidade nem sempre a correspondência é total ou, nalguns casos, sequer aproximada. Embora a literatura sobre esta matéria seja quase inexistente, um recente estudo sobre 15 bibliotecas municipais de Lisboa identifica «algumas lacunas e desajustes relativamente ao domínio físico» (Novo, 2015, p. 174). Para além deste estudo de caso, não se encontrou qualquer publicação sobre o tema a nível nacional, sendo que tampouco o questionário anual às bibliotecas da RNBP (Rede Nacional de Bibliotecas Públicas) inclui questões sobre a acessibilidade física aos edifícios e serviços. Não dispomos pois de informação que permita compreender até que ponto as bibliotecas públicas portuguesas promovem uma verdadeira igualdade de acesso aos seus serviços.

Pergunta-se, por isso, se as bibliotecas da RNBP cumprem as normas básicas de acessibilidade física preconizadas pela IFLA, parte delas contempladas pela legislação nacional. Para responder a esta pergunta, e com o objectivo de apresentar um primeiro esboço da realidade nacional, recorre-se a um

inquérito por questionário aplicado a uma amostra aleatória de bibliotecas integradas naquela rede. Dos 213 equipamentos identificados procurou atingir-se, numa primeira fase, cerca de um terço, tendo sido enviados e-mails para 70 bibliotecas; até ao momento da escrita deste trabalho apenas 25 preencheram o questionário, configurando uma amostra de 12% do universo que, não sendo absolutamente generalizável, funciona ainda assim como um indicador de tendência.

O questionário é constituído por quatro secções e 33 perguntas e foi concebido a partir da *checklist* apresentada por Irvall e Nielsen (2005). A primeira secção procura recolher dados básicos de caracterização das bibliotecas (dimensão, localização no mapa regional do país, tipo de edifício e extensão, ao nível de pólos e bibliotecas itinerantes); na segunda são considerados os aspectos imediatamente exteriores ao edifício da biblioteca (estacionamento e respectiva sinalização, características dos acessos pedonais); a terceira secção visa conhecer a forma como o espaço interior é desenhado no que diz respeito à facilitação da circulação; a quarta e última secção refere-se ao acesso e uso efectivo dos serviços e às qualificações dos recursos humanos para apoiar os cidadãos com qualquer tipo de dificuldade física ou em situações de emergência.

## **Resultados e discussão**

### **1. Caracterização**

As bibliotecas que responderam ao inquérito concentram-se maioritariamente na Região Norte (oito), Alentejo (seis) e Centro (cinco). Responderam ainda três bibliotecas do Algarve, duas da Área Metropolitana de Lisboa e uma da Região Autónoma da Madeira. Relativamente à tipologia no âmbito do programa da RNBP, 60% correspondem a BM1 e 28 % a BM2. Os edifícios são, na sua maior parte, de construção recente (64%). Colocando-se a hipótese de a dimensão e as características dos edifícios poderem constituir-se como condicionantes no que diz respeito à criação de condições de acessibilidade, estas variáveis serão adiante cruzadas com respostas relativas aos acessos e à circulação no seu interior.

### **2. Acesso exterior**

As bibliotecas devem permitir que uma pessoa em cadeira de rodas, ou que use muletas ou um andador, uma grávida, ou alguém que transporte um bebé ou criança num carrinho possa estacionar perto e entrar no edifício normalmente, pela porta, sem deparar com entraves no espaço exterior; da mesma forma, uma pessoa cega, usando uma bengala ou acompanhada de um cão-guia deve poder entrar sem encontrar obstáculos. Nesse sentido, o segundo grupo de perguntas procurava conhecer as condições de entrada na biblioteca. Apurou-se que 50% (n=13) das bibliotecas inquiridas não dispõe, nas imediações, de estacionamento próprio, devidamente sinalizado, para pessoas portadoras de deficiência, o que reduz as possibilidades de frequência das instalações.

Relativamente aos acessos exteriores às bibliotecas, em 76% (n=19) dos casos estão desobstruídos e bem iluminados; já quanto às condições do piso, a percentagem dos que correspondem às exigências de regularidade e aderência (pisos não escorregadios) diminui para 68% (n=17) - sabe-se que o pavimento de muitos passeios e praças portuguesas é revestido de calçada portuguesa (na sua acepção mais ampla, incluindo empedrados e paralelos), cujos efeitos estéticos têm como contraponto um piso pouco prático e seguro, condição que poderá verificar-se nestes casos, sujeita a confirmação na segunda fase deste estudo.

Para entrar no edifício é muitas vezes necessário subir alguns degraus e importa saber se são acompanhados por rampas de inclinação suave: das 24 bibliotecas que correspondem a esta circunstância, em 28% (n=7) não há rampas e, destas, em três a inclinação é demasiado acentuada, sendo que apenas em dois casos foram colocados corrimãos em ambos os lados.

Procurou-se compreender se existe alguma relação entre o tipo de construção (de raiz ou recuperação de imóvel de carácter patrimonial e tipologia) e as condicionantes de estacionamento, piso e entrada no edifício, cruzando-se as variáveis. Os resultados mostram que não há relação proporcional significativa entre as características dos edifícios e as condições de acesso externo à biblioteca.

### 3. Entrada e circulação no interior da Biblioteca

Para entrar e circular na biblioteca, as portas de entrada deverão poder ser facilmente atravessadas por uma cadeira de rodas e a mobilidade no interior deve permitir o acesso aos diversos serviços e andares sem obstáculos que desorientem e perturbem a circulação de pessoas cegas. Nas respostas a este terceiro grupo de perguntas verifica-se que, em todas as bibliotecas, as portas têm largura suficiente para a passagem de uma cadeira de rodas e, em 84% (n=21) dos casos, há espaço suficiente para uma cadeira de rodas dar a volta. Em dezoito das bibliotecas há portas de vidro, mas apenas uma delas conta com um sistema de aviso para cegos, situação que configura alguma perigosidade. Da mesma forma, das bibliotecas em que é preciso subir ou descer degraus para aceder a algum espaço (n=20), nenhuma dispõe da correspondente sinalização em cores contrastantes. Organizadas em diferentes andares, 16 das bibliotecas inquiridas possuem elevador. Destas, dez apresentam sinalização pictográfica da sua localização, não havendo qualquer indicação em seis dos equipamentos inquiridos. Por outro lado, se 100% dos elevadores têm espaço para cadeiras de rodas e botões acessíveis a quem nelas se desloca, apenas cinco apresentam sinalização em braille e um indicações em voz sintética; das 16, a maioria (10 = 62%) não dispõe de qualquer apoio para que um utilizador invisual possa usar autonomamente o elevador.

Cruzados estes dados com a tipologia dos edifícios não se obteve qualquer distinção nítida.

### 4. Acesso a recursos e serviços

O quarto e último grupo de perguntas destinava-se a perceber até que ponto a circulação no interior da biblioteca permite um cómodo e eficaz acesso aos serviços básicos, se estes consideram as situações específicas dos utilizadores com dificuldades de mobilidade ou visão e se, em caso de emergência, usufruem de igualdade de acesso à informação e às vias de fuga, relativamente aos seus concidadãos.

Relativamente à sinalização, verifica-se que 88% (n=22) das bibliotecas dispõe de indicações para as áreas públicas e de trabalho, percentagem que decresce para 48% (n=12) quando a pergunta incide sobre a sinalização nas estantes e móveis onde são acondicionados os recursos de informação; já ao nível das prateleiras, há sinalização em 60% (n=15) das bibliotecas inquiridas - sendo a sinalização indispensável ao acesso, independentemente das dificuldades específicas dos utilizadores, é um indício inquietante verificar que ainda há bibliotecas que a não possuem, que 13 não sinalizam as estantes e dez as prateleiras, obrigando os utilizadores a perguntar aos funcionários onde se encontram os recursos a que pretendem aceder.

Os utilizadores que se deslocam em cadeiras de rodas poderão alcançar a maior parte das prateleiras em 52% dos casos (n=13), sendo que em 12 (48%) das bibliotecas inquiridas serão obrigados a pedir auxílio para chegar a um livro; a esta dificuldade acresce que, em duas das bibliotecas, não conseguirão deslocar-se entre as estantes, e em oito apenas em parte, circulando embora livremente em 15 dos equipamentos inquiridos (60%); os mesmos utilizadores poderão sentar-se diante de mesas de leitura com altura adequada em 80% (n=20) das bibliotecas; já se desejarem utilizar um computador, só o poderão fazer em 14 (56%) bibliotecas; finalmente, o cidadão em cadeira de rodas será atendido a uma altura conveniente em 68% (n=17) das bibliotecas, enquanto que em sete certamente terá que esperar que o funcionário se desloque para fora do balcão para poder ser atendido. São igualmente em número de sete (28%) as bibliotecas que não dispõem de cadeiras ou sofás onde um cidadão possa aguardar

confortavelmente a sua vez de ser atendido. Em cinco das respondentes não existe WC sinalizado para deficientes motores.

Os cegos ou amblíopes terão muita dificuldade em encontrar bibliotecas que lhes permitam o acesso à informação em igualdade de circunstâncias com os outros cidadãos: apenas três (12%) das respondentes prestam um serviço de leitura em suportes especiais, embora em 10 (40%) seja possível encontrar alguns livros em braille ou sonoros; duas dispõem de pelo menos um computador com OCR ou linha braille e oito (22%) não apresentam qualquer serviço para leitores com dificuldades de visão.

Relativamente à formação específica dos recursos humanos para apoiar pessoas com limitações de mobilidade ou deficiência visual, das 22 bibliotecas que responderam à pergunta, apenas seis têm pelo menos em elemento qualificado: mais um indício de que se, em geral, embora quase nunca a 100%, se procura respeitar a lei nos seus aspetos mínimos relativamente ao edificado, as limitações físicas de acesso à informação não se encontram entre as preocupações dos políticos, das chefias intermédias ou dos próprios bibliotecários, uma vez que algumas destas variáveis se relacionam com a gestão técnica e a organização das bibliotecas. Este problema estende-se à segurança dos utilizadores, atendendo às respostas relativas à existência de alarmes contra incêndio e à formação dos recursos humanos para o auxílio em caso de emergência: embora, na maioria (72% - n=18) dos equipamentos exista alarme visível e audível em toda a biblioteca, em três não há sistema de alarme e noutros três ele é apenas sonoro (impedindo que um utilizador surdo se aperceba da situação); em situação efectiva de emergência, será difícil obter apoio qualificado dos recursos humanos: apenas em sete bibliotecas (28%) há pessoal treinado para auxiliar os utilizadores, o que é um reflexo da falta de cumprimento das normas de segurança por parte da própria autarquia.

## **Conclusões**

A realização de um estudo deste tipo, sobre uma amostra reduzida, embora representativa da quase totalidade das regiões do país, apresenta riscos, mas permite constatar uma realidade indicativa relativamente ao universo das bibliotecas públicas portuguesas.

Constata-se que nem todas as bibliotecas da RNBP cumprem as normas básicas de acessibilidade, nalguns casos infringindo o Decreto-Lei n.º 125/2017. De facto, o cumprimento a 100% das referidas normas apenas se verifica no que diz respeito às dimensões das portas de entrada nos edifícios, e na existência e dimensão dos ascensores. Verifica-se que o incumprimento se agrava no que diz respeito ao atendimento das necessidades de utilizadores cegos ou amblíopes. A falta de formação dos recursos humanos para o apoio aos cidadãos portadores de deficiência, a par da fraca valorização da sinalização e da quase inexistência de meios alternativos de leitura são francamente ilustrativos de que, ao discurso sobre a inclusão, não corresponde uma prática efectiva.

A responsabilidade de parte destas circunstâncias não incumbe aos bibliotecários, que não interferem directamente na definição das condições de acessibilidade exterior, e nem sempre são ouvidos na construção ou recuperação dos edifícios. Não obstante, situações como a falta de sinalização interna, a falta de preparação dos recursos humanos, a organização do mobiliário ou a inexistência de meios alternativos de leitura já denotam uma fraca preocupação profissional com a acessibilidade.

Em face destas conclusões é recomendável o desenvolvimento da presente investigação, alargando o seu âmbito a outros aspectos da acessibilidade que nela não foram contemplados e procurando atingir a totalidade das bibliotecas da RNBP. Ao mesmo tempo, o estudo deverá ser aprofundado através de entrevistas e registos de observação com cidadãos portadores de deficiência, de maneira a que o fenómeno possa ser compreendido ao nível de quem efectivamente usa ou pretende aceder aos serviços. Para dar um sinal da importância desta temática à comunidade das bibliotecas municipais, mantendo ao mesmo tempo um retrato actualizado da situação a nível nacional, seria desejável que a DGLAB

passasse a incluir algumas questões sobre acessibilidade no seu inquérito anual. Finalmente, partindo de um retrato global e no seguimento das recomendações apresentadas por Novo (2015) e a *checklist* de Irvall e Nielsen (2005), recomenda-se que a tutela elabore um documento orientador que permita promover a adequação daqueles equipamentos aos critérios de acessibilidade, para uma verdadeira aplicação dos princípios de inclusão de que se reivindicam.

## Referências bibliográficas

- IRVALL, Birgitta and NIELSEN, Gyda S. (2005) - *Access to libraries for persons with disabilities: Checklist*. [Em linha]. IFLA Professional Reports : 89. [Consult. 03.Jul.2018]. Disponível na Internet: URL: <<http://archive.ifla.org/VII/s9/nd1/iflapr-89e.pdf>>.
- NOVO, Ana (2015) - “Projeto Acessibilidades” em 15 bibliotecas municipais de Lisboa: principais conclusões. *Cadernos BAD* [Em linha]. N.º 1, p. 163-176. [Consult. 03 Jul. 2018]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/1232>>.
- PORTUGAL. DIÁRIO DA REPÚBLICA - Decreto-lei 125/2017. [Em linha]. [Consult. 03.Jul.2018]. Disponível na Internet: <URL: <<http://data.dre.pt/eli/dec-lei/125/2017/10/04/p/dre/pt/html>>.